Jornal dos

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES - ANO VII - Nº 63 - MARÇO/ABRIL 2008



A prova dos rigores europeus

A fazenda Santo Antônio do Ouro Branco, em Juscimeira (MS), foi uma das auditadas – e aprovadas – pela comissão veterinária da União Européia que | com responsabilidade. Págs. 6 e 7

esteve no Brasil recentemente. O pecuarista Antonio Carlos Rezende mostrou que faz rastreabilidade

Certificadoras querem recuperar status

Elas foram vetadas pelos europeus e criticadas pelo governo brasileiro. Agora, a entidade de representação das certificadoras, a Acerta, quer que elas pleiteiem o ISO 65 e vai tentar a criação de um grupo de auditores independentes, com o apoio do CRMV e do CREA. Págs. 4 e 5

Aftosa: Brasil vai à OIE

País quer o reconhecimento como zona livre de febre aftosa, com vacinação, das áreas que tiveram essa condição suspensa em razão dos focos da doença ocorridos em 2005, no Mato Grosso do Sul. Pág. 7

Jamil Gomes de Souza, do Mapa, acredita que OIE atenderá pedido do Brasil.



Leite em alta

O preço do leite pago ao produtor poderá alcançar valores recordes neste semestre, conforme dados apurados pelo Cepea, da Esalq/USP. Pág. 8

Bezerro: um ano de valorização constante. Pág. 8

Qualidade e segurança alimentar

A pecuária de corte do Brasil viveu momentos de grande turbulência nestes três primeiros meses do ano, com o embargo às importações da carne bovina *in natura* pelos países da União Européia (UE).

Agora, após a visita e inspeção realizada pela UE, e com o fim do embargo, a cadeia da pecuária bovina está tentando se recuperar e corrigir os erros cometidos, constatando-se que quase todos os elos da çadeia cometeram falhas.

É prudente que todos façam sua *mea culpa*, procurando corrigir erros, a maioria inadmissível nos tempos atuais.

Apesar disso, acreditamos que só uns poucos (talvez, muito poucos) ainda duvidam que a rastreabilidade veio para ficar, não como uma mera exigência, mas sim como uma importante arma na evolução das práticas modernas e vitais para a pecuária que já é uma das melhores do mundo.

Rastrear e certificar é progresso, é evolução; são maneiras de se dar garantia e segurança alimentar à carne bovina, não só para satisfazer os consumidores exigentes; como os europeus, mas todos consumidores do mundo, inclusive nós, brasileiros.

Vamos juntos — governo, pecuaristas, certificadoras, frigoríficos e entidades — corrigir erros e rumos, mas, sobretudo vamos definir normas e regras permanentes e não mutáveis, ao sabor dos ventos.

A ABC, que participa do processo de rastreabilidade desde que ele teve início no Brasil, no princípio de 2002, tem certeza que esse é o caminho certo. Assim, não mediremos esforços para a concretização de propostas corretas, idôneas e viáveis para todos os pecuaristas brasileiros.

Com isso, esperamos viabilizar em breve a transferência da gestão da Base Nacional de Dados (BND) do Sisbov para a iniciativa privada, fortalecendo o setor e garantindo independência na preservação dos dados de nossas propriedades e de nossa criação.

A união de entidades é necessária para isso, ao contrário do que ocorreu no final do ano passado quando o próprio MAPA cogitou da transferência do BND para a iniciativa privada.

Neste momento, urge que pro-

dutores e entidades, com a participação de certificadoras e de frigoríficos, consigam corrigir as falhas identificadas pela UE e, unidos, encontremos um caminho seguro para o nosso processo de certificação. Afinal, é isso que desejamos: qualidade e segurança alimentar.

A ABC continua na luta. Juntemse a nós, nesta campanha em prol da melhor e maior pecuária bovina do mundo.

> Luis Alberto Moreira Ferreira Presidente da Diretoria Executiva



Venha para a ABC

CAMPANHA DE NOVOS SÓCIOS Isenção de taxa de filiação Ligue para (11) 3832-9369



Associação Brasileira de Criadores

Av. José César de Oliveira, 181 – 11.º andar Vila Leopoldina 05317-000 São Paulo, SP. Fone: (11) 3832-9369 Fax: (11) 3831-2731 abc@abccriadores.com.br www.abccriadores.com.br A Associação Brasileira de Criadores, fundada em 20 de dezembro de 1926 com o nome de Associação Paulista de Criadores de Bovinos, é reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Decreto Estadual n.º 33.811, de 20 de outubro de 1958. Registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob n.º 35, como jurisdição nacional.

DIRETORIA

Presidente Luis Alberto Moreira Ferreira Vices-presidente Ney Soares Piegas, Luiz Francisco Pavan Silveira.

Secretários Eduardo Nunes Gusso, Wanda Pompeu Geribello.

Tesoureiros Francisco Márcio da Costa Carvalho, Paulo Affonseca de Barros Faria Junior.

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente Nelson Luiz Baeta Neves Vice-presidente Carlos Eduardo Moreira Ferreira

Conselheiros natos Guilherme Monteiro Jungueira, José Cassiano Gomes dos Reis Junior, Luis Alberto Moreira Ferreira.

Conselheiros efetivos Roberto Rodrigues, Silvio Maria Crespi, Eduardo Dias Roxo Nobre, José Luiz de Paula Eduardo, José Roberto Ferreira Martins, José Ricardo S. Rezende.

Conselheiros suplentes Joaquim de Alcântara Machado D'Oliveira, Isabel Sampaio Moreira Piegas, Greice Mara Martins Gomes Martins da Silva, Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, Marcio Pereira Lima, Jair Martineli, José Edgard Pereira Barretto Filho, José Eduardo Monteiro de Barros.

CONSELHO FISCAL

Efetivos Eugênio Salgueiro Gomes, Maria Aparecida Bouchardet, Sérgio Luiz Xavier Porto.

Suplentes César Augusto Canto, Newton Ferreira da Silva.

acadêmica

O Jornal dos Criadores é editado pela **Acadêmica Agência de Comunicação** Rua Engenheiro José Sá Rocha 61, São Paulo, SP. (11) 5081-5237.

Edição José Roberto Ferreira **Reportagem** Angela Trabbold **Projeto gráfico e editoração** A. C. Prado

Atividades da Diretoria da ABC

11/01/08 – O presidente Luis Alberto Moreira Ferreira envia ofício parabenizando eleitos indicados pela ABC para exercer o cargo de **Juiz Público do Tribunal de Impostos e Taxas** para o mandato de 01/01/2008 à 31/12/2009.

14/01/08 – Presidente envia ofício ao ministro Reinhold Stephanes, para cumprimentá-lo pela edição do Decreto nº 5.741, publicado no Diário Oficial no dia 09/01/2008, que promove o retorno do Sisbov para a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

21/01/08 – O presidente envia oficio ao **Dr. Silas Brasileiro, secretário executivo do Mapa**, acusando recebimento do Ofício Circular nº 1012/2007/SE-MAPA, datado de 26 de dezembro de 2007, sobre reformulação das Câmaras Setoriais e Temáticas, que passarão a ser coordenadas pelo **Dr. Aguinaldo José de Lima, assessor do Ministro**, que desde já parabeniza e se coloca à inteira disposição.

23/01/08 – O presidente nomeia o Sr. José Ricardo Rezende, membro do Conselho Deliberativo, para representar a ABC na reunião com o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Inácio Kroetz, realizada no dia 23 de janeiro, na Sociedade Rural Brasileira.

24/01/08 – Luis Alberto Moreira Ferreira nomeia o **Sr. Antenor Amorim Nogueira**, presidente do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte, para representar a ABC na reunião do referido Fórum, realizada no dia 28 de janeiro, em Brasília.

30/01/08 – O presidente da ABC envia oficio ao **Dr. Silvio Crestana** e **ao Dr. Kepler Euclides Filho,** para

parabenizá-los por seu novo mandato como **diretores da Embrapa**.

15/02/08 - 13h15 -Entrevista concedida pelo presidente da ABC ao **programa CBN Brasil**, da Rádio CBN, apresentado pelo jornalista Carlos Alberto Sardenberg.

15/02/08 - 14h00 - Entrevista concedida pelo presidente da ABC ao repórter Rodrigo Moinhos, do jornal **Diário do Comércio, de Belo Horizonte.**

15/02/08 - 16h30 - Entrevista concedida pelo presidente da ABC à repórter Débora Xavier, da **Agência Brasil/Radiobrás.**

15/02/08 - 22h00 – Entrevista concedida pelo presidente da ABC ao **Jornal das Dez, da Globo News,** com a participação dos jornalistas André Trigueiro, Carlos Monforte e Mônica Waldvogel.



20/02/08 -12h00 - Luis Alberto Moreira Ferreira, presidente da Diretoria, e Nelson Baeta Neves, presidente do Conselho Delibe-

rativo, participam da cerimônia de entrega do **Prêmio Líderes de Responsabilidade Social de 2007**, outorgado pela ADVB – Associação Brasileira dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil ao **Prof. Dr. Roberto Rodrigues** (setor privado) e ao **Sr. Marcelo Miranda, governador do Estado do Tocantins** (setor público).

21/02/08 - 16h00 - Entrevista concedida pelo presidente da ABC ao repórter Marcel Naves, da **Rádio Eldorado.**

25/02/08 - 18h00 - Luis Alberto Moreira Ferreira e Ney Soares Piegas, vice-presidente da ABC, participam da cerimônia de posse da **diretoria eleita** para o triênio 2008/2010 da **Sociedade Rural Brasileira.**

26/02/08 - 14h00 - Entrevista concedida pelo presidente da ABC ao repórter Rodrigo Moinhos, do **Diário do Comércio, de Belo Horizonte.**

18/03/08 – O presidente da ABC lança campanha para **adesão de novos sócios**.

24/03/08 – Luis Alberto Moreira Ferreira envia ofício cumprimentando o Dr. **Paulo Skaf**, presidente da Fiesp,

pela brilhante iniciativa do lançamento do Novo Telecurso.

25/03/08 – Presidente envia ofício parabenizando o engenheiro agrônomo Valdir Colatto pela posse da nova Mesa Diretora da FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária.

31/03/08 - 14h00 - Luis Alberto Moreira Ferreira participa da assembléia geral para eleição dos representantes da sociedade civil no **Conselho Estadual de Recursos Hídricos**.

Seminários na ABC

A diretoria está programando seminários para serem realizados na sede da ABC, nos próximos meses. Veia os temas:

Maio Rastreabilidade bovina: Nova norma do Mapa e exigências da União Européia; a cota Hilton.

Junho Privatização da Base Nacional de Dados (BND) do Sisbov e a rastreabilidade animal.

Julho Turismo rural e suas atividades: preservação do patrimônio e agregação de renda à atividade pecuária e agrícola.

Agosto Legislação rural: O ITR e os índices de produtividade a serem fixados pelo INCRA.

Setembro Barreiras sanitárias: o bem-estar animal, a aftosa e outras doenças. O papel da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)

Volta por cima

Associação toma providências para desfazer imagem ruim das certificadoras no sistema de rastreabilidade bovina

Quando a União Européia anunciou a suspensão das compras de carne bovina in natura do Brasil, as certificadoras foram colocadas como um dos principais responsáveis pelos erros e falhas na execução da rastreabilidade do País. Os problemas encontrados com as certificadoras não foram poucos: animais vendidos que continuavam registrados na fazenda; animais registrados na base de dados, mas sem os brincos; estoques de brincos não usados em fazendas; discrepância entre o número de animais registrados e o número de animais na fazenda...

"Os europeus disseram que as certificadoras deixaram a desejar no cumprimento de seu papel", revelou o secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz, após reunião com os integrantes da missão de técnicos europeus que esteve no Brasil entre o final de fevereiro e meados de março. Elas cometeram erros "gravíssimos", segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Das 71 certificadoras que operavam até o início do ano, o Ministério da Agricultura descredenciou 20 delas.

"De fato, houve muita coisa errada", admite o médico veterinário Luiz Henrique Witzler, novo presidente da Associação das Empresas de Certificação e Rastreabilidade Agropecuária (Acerta), entidade que congrega 23 das 51 certificadoras em atividade. "Não vou isentar as certificadoras de falhas, mas também temos de reconhecer que houve problemas por parte dos produtores, dos frigoríficos e do governo".

De fato, as motivações para o embargo europeu vieram de erros ou falhas de todos os agentes envolvidos, mas as certificadoras acabaram arcando com o ônus mais pesado em um sistema de certificação, que é a credibilidade. A União Européia exigiu que o Ministério da Agricultura assumisse a valida-

ção do processo de rastreabilidade, função originalmente entregue às certificadoras. Ou seja, no quadro atual, as certificadoras continuam fazendo seu papel junto aos pecuaristas, mas quem indica aos europeus as fazendas credenciadas para exportação é o Mapa. "As certificadoras validam uma fazenda, mas para essa fazenda ser incluída na lista para a Europa é preciso que ela seja auditada e aprovada pelo Ministério", explica Luiz Henrique Witzler.

Providências

Visando restituir as certificadoras ao status de validadoras efetivas do sistema brasileiro de rastreabilidade bovina, a Acerta está tomando algumas providências. Uma delas, segundo informou Witzler, é que as empresas obtenham o certificado ISO 65, protocolo reconhecido internacionalmente que normatiza o trabalho de certificação. Outra providência em construção é a criação de um grupo de inspetores independentes, com representantes dos conselhos regionais de medicina veterinária e dos conselhos regionais de engenharia, arquitetura e agronomia. "Todas as inspeções a campo passariam a ser feitas por esse grupo de inspetores, e não mais por técnicos das certificadoras, como forma de se evitar a possibilidade de haver conflito de interesses", explicou Witzler ao informar que já iniciou contatos com ambos os conselhos. Esse grupo, composto por médicos veterinários e engenheiros agrônomos, teria a certificação ISO 17020, específica para corpo de inspetores.

Outra ocorrência que o presidente da Acerta acredita que resultará em melhores condições de atuação das certificadoras é a mudança de procedimentos que elas terão de fazer nas fazendas – o chamado *checklist*. Ao enfatizar que a União Européia não

questionou o sistema de rastreabilidade brasileiro, mas sim a validação desse sistema, Witzler observa que "o checklist era muito detalhado, o que aumentava a possibilidade de alguns itens não serem cumpridos". Agora, porém, o Ministério da Agricultura está providenciando um novo checklist, segundo Witzler muito melhor do que o anterior, pois serão retirados itens relativos à produção bovina, como o controle de insumos, por exemplo, e incluídos itens que se referem à rastreabilidade. "Vai focar no que realmente interessa, que é a identificação dos animais e a movimentação deles", resume o presidente da Acerta.

Inclusões suspensas

Luiz Henrique Witzler espera que, com o novo checklist, com a ISO 65 e com o grupo de inspetores independentes, a União Européia volte a aceitar a validação feita pelas certificadoras. Outro dado que poderá contribuir para isso é que o Ministério da Agricultura está também mais atento ao sistema de rastreabilidade bovina, o Sisboy, o que inclui as certificadoras. Se no início do ano o Mapa focou suas atenções nos erros das certificadoras, o que levou ao descredenciamento de 20 empresas do setor, agora está preocupado com a capacitação delas antes de qualquer punição. No final de março o Ministério começou a treinar seus auditores, que, por sua vez, vão treinar as certificadoras (veja Box ao lado). Witzler prevê que a partir do final de abril as certificadoras já estarão com um novo tipo de atuação nas fazendas.

Enquanto isso, estão suspensas novas inclusões de fazendas — ou Estabelecimentos Rurais Aprovados no Sisbov (Eras) — na base de dados do sistema. Estão cadastradas cerca de 6.200 Eras. A suspensão foi determinada pelo Mapa no dia 18 de março e será revogada

somente depois que o serviço prestado por cada uma das certificadoras for auditado. Para isso, as certificadoras terão que apresentar à coordenação do Sisbov os relatórios dos Eras vistoriados, que serão novamente auditados pelo Mapa. Caso o serviço seja considerado conforme, a certificadora poderá incluir na base de dados novos estabelecimentos. Caso contrário, a certificadora poderá ser descredenciada.

Evolução

Não há como negar que o embargo promovido pela União Européia está provocando mudanças importantes no sistema brasileiro de rastreabilidade bovina, mas Witzler não acha correto dar atenção somente aos problemas apontados pelos europeus. "Houve muitos avanços na rastreabilidade; não se pode agora olhar somente as falhas", ele pondera. "Nós saímos do zero há apenas seis anos, quando a maioria dos pecuaristas nunca tinha visto um brinco. Hoje as coisas melhoraram muito; bem ou mal, os criadores têm uma série de informações sobre a rastreabilidade".

O presidente da Acerta chama atenção para outra melhoria. "O sistema de tecnologia da informação do Sisbov está muito bom, e os softwares usados pelas certificadoras e pelo Ministério são seguros e eficientes", diz.

A transferência da base de dados do Sisbov para a iniciativa privada é também defendida por Witzler. Ele acredita, porém, que isso não deve ocorrer agora, "quando o Sisbov é ainda uma criança", mas no médio ou no longo prazo, quando "ele já estiver crescido". E, claro, se a União Européia concordar.

Antes tarde do que muito tarde

Ministério treina fiscais para auditorias nas fazendas e nas certificadoras

Mais uma conseqüência do embargo europeu às importações da carne bovina brasileira: no final de março teve início o treinamento para capacitação de 200 fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e dos órgãos executores do Serviço de Defesa Agropecuária dos estados que realizarão as auditorias nos Estabelecimentos Rurais Aprovados no Sisbov (Eras).

As aulas teóricas do treinamento, com duração de 24 horas, foram ministradas em um hotel-fazenda próximo à Brasília. A parte prática, com 16 horas, ocorreu em campo, nos seis estados habilitados a exportar carne à União Européia.

Durante a parte teórica, os fiscais tiveram aulas sobre os aspectos legais e os procedimentos administrativos relacionados às auditorias do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov), além de receberem orientações de como proceder nas auditorias que serão realizadas nas empresas certificadoras.

Também fez parte do conteúdo teórico uma carga de informações sobre as exigências da UE quanto à rastreabilidade. No dia 31 de março, os fiscais assistiram a uma palestra de Emma Sotto, do Escritório de Veterinária e Alimentação da Comissão Européia; ela falou sobre a estrutura e a organização da União Européia e das condições exigidas para a importação da carne bovina brasileira por aquele bloco econômico. No dia 1º. de abril foi a vez da técnica holandesa Frankie de E-Dobbelaere explicar os procedimentos das auditorias realizadas em fevereiro deste ano pela missão européia nos 21 Eras selecionados, e ainda detalhar a rastreabilidade de bovinos nos países europeus.

A partir do dia 4 de abril, os fiscais iniciaram as aulas práticas do treinamento. Eles fizeram auditorias em Eras nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás e Mato Grosso. No decorrer do treinamento os instrutores tinham ainda a tarefa de identificar fiscais com perfil adequado para se tornar multiplicadores do curso de formação de auditor do Sisbov e, com isso, capacitar novos fiscais.

Anuncie no Jornal dos Criadores

Sua informação vai chegar aos criadores de todas as raças bovinas. (11) 3832-9369.



Aprovada pela União Européia

Fazenda Santo Antônio do Ouro Branco, em Juscimeira, no Mato Grosso, foi uma das 27 auditadas pela comissão veterinária da União Européia.

Na manhã do dia 25 de fevereiro último o pecuarista Antonio Carlos Rezende estava em seu escritório, em São Paulo, quando foi chamado ao telefone. Do outro lado da linha, um funcionário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) deu o aviso: a fazenda Santo Antônio do Ouro Branco, localizada no município de Juscimeira, no estado do Mato Grosso, seria auditada no dia seguinte por dois membros da comissão veterinária da União Européia.

Antonio Carlos agiu rapidamente: providenciou a passagem aérea para Rondonópolis e rumou para o Mato Grosso.

Ele estava, ao mesmo tempo, tenso e orgulhoso. A tensão se devia à condição de auditado; como de fato ocorreu, ele já imaginava que os europeus seriam minuciosos, rigorosos, que fariam uma bateria infindável de perguntas e que iriam querer verificar documentos e mais documentos que atestariam se a rastreabilidade do rebanho da Santo Antônio do Ouro Branco era confiável ou não.

O orgulho de Antonio Carlos, por outro lado, também tinha sua razão de ser. Das 106 fazendas inicialmente habilitadas pelo Mapa e aceitas pela UE para ter a carne oriunda de seus animais exportada, apenas algumas seriam auditadas. E se a Santo Antônio do Ouro Branco estava entre elas, Antonio Carlos teria que mostrar aos europeus que pecuarista brasileiro sabe, sim, fazer rastreabilidade e criar boi com qualidade de Primeiro Mundo.

15 horas e meia

No dia seguinte, 26 de fevereiro, os dois auditores enviados pela União Européia chegaram na Santo Antônio do Ouro Branco às sete horas da manhã - e ficaram até as dez e meia da noite, num total de 15 horas e meia. "Passaram um pente fino na fazenda", conta Antonio Carlos. "Eles queriam ver se a fazenda existia mesmo, se o rebanho era de verdade, se os animais estavam com os brincos de identificação. Dos cerca de 4.500 animais que temos naquela fazenda, passamos mais de 800 pelo curral para verificação dos auditores". Depois, segundo Antonio Carlos, os auditores passaram para a análise documental: dos DIAs (Documentos de Identificação Animal), das Fichas de Identificação dos Animais, Comunicados de Entrada e Saída de Animais, Comunicados de Morte,



Antonio Carlos Rezende: rastreabilidade com todo o rigor.

Guias de Trânsito Animal (GTA), a confrontação dos registros da fazenda com os dados do órgão de defesa animal, com os dados do ministério... "No fundo – diz Antonio Carlos –, eles não estavam apenas auditando a minha fazenda; eles estavam auditando o sistema brasileiro de rastreabilidade bovina".

Graças à maneira rigorosa com que Antonio Carlos mantém os registros, a sua fazenda foi aprovada na auditoria dos europeus. "Além de estar tudo em ordem, nós pudemos efetivamente mostrar que tudo estava em ordem", conta o criador ao expor uma dica aos demais pecuaristas: "Em rastreabilidade, não basta ter o controle; é preciso mostrar que o controle existe".

Antonio Carlos conseguiu isso.

Até um mês depois, contudo, a aprovação da fazenda pelos auditores europeus não foi traduzida em venda de animais. O problema é que, com apenas 95 fazendas autorizadas a fornecer animais para a Europa, não está havendo escala para abate. Por um lado, aponta



Antonio Carlos, porque vão para a Europa normalmente apenas os cortes nobres: filé mignon, contrafilé e alcatra. Ou seja, de uma carcaça de 250 quilos, somente cerca de 15 a 25 quilos vai para o 'velho continente' – é preciso o abate de muitos bois para fechar um container. Por outro lado, a maior parte das fazendas habilitadas é de pequeno porte, com um rebanho de apenas algumas centenas de animais, além de estarem espalhadas por quatro estados.

Na opinião de Antonio Carlos Rezende, "é necessário agora um pouco de pressão por parte do Brasil para se aumentar o número de fazendas habilitadas" e, com isso, gerar escala para o abate e o embarque aos países da União Européia. Do contrário, as propriedades que passaram pelo rigoroso crivo dos auditores europeus não terão o seu esforço recompensado.

Rastreabilidade sem volta

Das 27 fazendas auditadas pelos europeus, 11 delas apresentaram algum tipo de problema e foram excluídas da lista inicial. A Santo Antônio do Ouro Branco teve a aprovação da UE não por acaso: o pecuarista Antonio Carlos Rezende é rigoroso com a rastreabilidade. Seus bezerros recebem o brinco de identificação com uma semana de vida e os registros de cada animal são mantidos em dia. "Somos Caxias", diz Antonio Carlos. "Levamos os formulários de entrada e de saída aos órgãos de defesa, para pegar assinatura do fiscal, tiramos xerox da GTA... cumprimos todas as regras, com todos os detalhes".

Antonio Carlos não tem dúvidas que a rastreabilidade é irreversível no Brasil. "A questão não é mais se a gente vai fazer rastreabilidade; essa discussão ficou para trás", acentua. "A questão agora é saber qual o sistema de rastreabilidade mais adequado e eficiente para o País".

Brasil quer restabelecer zonas livres de aftosa com vacinação

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) apresentará à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) um pleito para o reconhecimento como zona livre de febre aftosa, com vacinação, as áreas que tiveram esse status suspenso em razão dos focos da doença ocorridos em 2005, no Mato Grosso do Sul. A OIE analisará os documentos preparados pelo Mapa entre o final de abril e o início de maio, segundo informou Jamil Gomes de Souza, diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério e representante do Brasil na Organização.

A resposta deverá sair antes do final de maio e as chances de o Brasil ter seu pleito atendido são grandes, na expectativa do Mapa. "Todos os trabalhos para erradicação dos focos e controle da doença foram realizados: sacrifício de animais, medidas de vigilância, vacinação assistida... Temos uma base de sustentação para que se possa garantir que não existe circulação de vírus naquela região onde houve os focos em 2005", disse Jamil Gomes de Souza.

Os Estados que deverão receber de volta o *status* de livre de aftosa com vacinação são os seguintes: Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Tocantins, Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal.

Região Norte

O maior problema com a aftosa no Brasil continua sendo a região Norte. Hoje, apenas os estados de Rondônia e do Acre, a região Centro-Sul do Pará e os municípios de Boca do Acre e Guajará, no Amazonas, são considerados, pelo Mapa, áreas livres de febre aftosa com vacinação. O restante da região Norte ainda é considerada de alto risco ou de risco desconhecido.

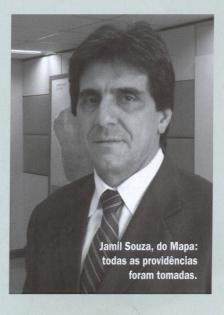
O diretor do Departamento de Saúde Animal do Mapa esteve em Manaus (AM) no final de março para se reunir com fiscais agropecuários federais e dos serviços estaduais de defesa agropecuária. Jamil Gomes de Souza foi discutir ações e estratégias para o avanço do programa de erradicação da febre aftosa na região Norte do País. A intenção do Mapa é alcançar o status de área livre de febre aftosa para todo território nacional até o fim do ano que vem.

Brucelose: nova vacina

Os criadores de bovinos e bubalinos podem contar com uma nova vacina contra a brucelose. A RB51 já foi registrada na Coordenação de Produtos Veterinários do Mapa. A sua vantagem em relação à B19 é a não interferência em testes realizados para o diagnóstico dessa doença nos animais.

A nova vacina, contudo, não substitui a B19, cuja aplicação continua sendo obrigatória nas bezerras de três a oito meses de idade. A RB51 surge como opção estratégica ao criador que pretende reforçar a imunização do rebanho, principalmente em propriedades que tenham foco de brucelose. A nova vacina só pode ser usada nos animais de sexo feminino, com idade superior a oitos meses. A aplicação deve ser feita sob a responsabilidade de veterinário do serviço estadual de defesa sanitária animal.

Para mais informações sobre a RB51, consulte a Instrução Normativa nº. 33, de 24 de agosto de 2007, da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Mapa, à disposição no site: www.agricultura.gov.br



Justiça no leite

Remuneração ao produtor continua melhorando

O preço do leite pago ao produtor poderá alcançar valores recordes neste semestre, superando os primeiros seis meses de 2005 — até então o melhor período de remuneração. Dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, apontam que a média dos três primeiros meses deste ano já é 13% maior do que a de igual período de 2005, mesmo descontando a inflação do período.

Em março, o preço médio referente à produção de fevereiro foi de R\$ 0,7116/litro (sem o desconto do frete e dos impostos), ou seja, 43% ou 21 centavos por litro acima da média do mesmo mês verificada entre 1998 e 2007. Para o próximo pagamento, 68% dos agentes (produtores e representantes de laticínios/cooperativas) consultados pelo Cepea apostam em altas, enquanto 32% acreditam em estabilidade. Nos seis primeiros meses de 2005, a média nacional (de sete estados: RS, SC, PR, SP, MG, GO, BA) esteve 28% maior que a do primeiro semestre dos dez anos anteriores (1995 a 2004). Agora, em 2008, a média dos três primeiros pagamentos já supera em 41% a do mesmo período dos dez anos anteriores (1998 a 2007).

Os aumentos atuais de preços refletem especialmente o aquecimento da demanda interna, uma vez que as exportações absorvem menos de 5% do leite formal. De qualquer forma, o crescimento mês a mês deste canal de vendas não é nada desprezível, segundo o Cepea. Quanto ao mercado brasileiro, os fundamentos também indicam continuidade do consumo.

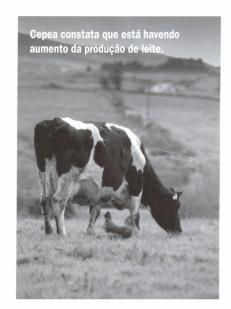
Essas boas notícias ao produtor, contudo, têm contraponto no encarecimento dos insumos, principalmente do sal mineral e dos grãos.

No mercado de derivados lácteos, os aumentos têm sido ainda maiores. Tomando-se como base os valores de janeiro de 2007, os derivados lácteos no mercado atacadista de São Paulo em janeiro de 2008, em termos reais, apresentaram um aumento médio de 16,65%, sendo que o leite em

pó (considerando-se o sachê 400g) subiu 32,8%, enquanto a manteiga teve alta de apenas 1%. O leite UHT, produto com maior correlação com o preço ao produtor, valorizou 9% em igual período.

Esse cenário, talvez, dificulte a tarefa daqueles que procuram estimar até que ponto os preços vão continuar em alta, alerta o Cepea. Traçar paralelo com 2005 pode ter lá sua validade, mas é fundamental ter em conta que a conjuntura macroeconômica atual é bem diferente daquela.

Os preços altos têm estimulado pecuaristas a aumentar o volume produzido. O Índice de Captação de Leite (ICAP-L/Cepea) de fevereiro esteve 23% superior ao do mesmo mês de 2007. Comparando-se o período de marco 2006 a



fevereiro 2007 ao de março 2007 a fevereiro 2008, há um crescimento da ordem de 12%.

Corte: bezerro mantém valorização.

Os preços do bezerro registram altas diárias desde o início de janeiro de 2007 nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, de acordo com pesquisas do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP. Em termos nominais, o Indicador do bezerro ESALQ/BM&F (nelore, de 8 a 12 meses, à vista, Mato Grosso do Sul) tem batido recordes sucessivos há um ano. A partir de março de 2007, houve aumento de 31,15% nos preços do animal, passando de R\$ 397,17 para R\$ 520,88 no dia 20 de março último.

Esse mercado firme reflete a baixa oferta de animais disponíveis para reposição. Para o produtor que realiza o sistema recria, a compra de animais representa cerca de 14% dos custos efetivos da produção pecuária – média de dez estados do levantamento de custos do Cepea em parceria com a CNA. A valorização do bezerro somada ao aumento de outros importantes itens da pecuária, como o sal mineral e os fertilizantes, trazem preocupação aos produtores que realizam as etapas seguintes da atividade de cria.

COTAÇÃO BOI GORDO - R\$/@ - 3/27/2008				
FRIGORÍFICO	ANIMAL RASTREADO	ANIMAL Ñ RASTREADO	FUNRURAL 2,30%	PLANTA
BERTIN	semana - fora de compras			Lins - SP
FRIBOI	74,00	não compra	sim	Andradina - SP
FRIGOESTRELA	74,00	72,00	não	Estrela D'oeste - SP
MINERVA	75,00	não compra	sim	Barretos - SP
MONDELLI	74,00	não compra	sim	Bauru - SP
MARFRIG	semana - fora de compras			Promissão - SP
Prazo de pagamento: 30 dias				